

POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

Passados cinco anos do Golpe de 2016, os retrocessos e ataques ao Estado Democrático de Direito avançam. A politização do Judiciário e órgãos indispensáveis à prestação jurisdicional e a politização das Forças Armadas são facetas preocupantes deste processo que sinalizam o risco cotidiano do fortalecimento do Estado de Exceção em que vivemos.

O momento é grave e o Brasil sangra e se desfaz como nação depois do golpe.

POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO - JUSTIÇA MUDIÁTICA X DEMOCRACIA

A politização do judiciário é consequência e, ao mesmo tempo, motor do golpe que tantos retrocessos causou ao Brasil.

A função proeminente que a jurisdição assumiu no quadro da Constituição Federal de 1988, com robustas garantias de independência para a magistratura e autogestão institucional facilitou o acesso à Justiça e multiplicou as demandas a ela dirigidas. Como efeito reflexo, criou forte disfuncionalidade no descontrole de seus procedimentos. A grande visibilidade que adquiriu no deslinde de controvérsias sobre

questões fundamentais da sociedade levou, também, a uma indevida busca por “popularidade”, isto é, aceitação pela opinião pública.

Em consequência, assistimos ao atrelamento da função jurisdicional à mídia corporativa e a suas escolhas políticas. A transmissão televisiva de acirrados debates em cortes superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal, levou à interferência de agendas externas no processo decisório. Esse fenômeno, que já fora observado no julgamento da Ação Penal 470, do chamado “mensalão”, se espalhou na cultura judicial da primeira instância também em casos notórios de persecução de crimes contra a administração pública, como na chamada Operação Lava Jato.

As escolhas da mídia corporativa têm pouco de democráticas. Desde o início dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, houve sistemático ataque a suas ações que, aparentemente, não atendiam às mais caras pautas neoliberais. O judiciário, na busca de aceitação e sem capacidade de atuação corretiva contramajoritária, aderiu à campanha e não só condenou criminalmente o núcleo duro partidário, como também se manteve inerte diante do golpe parlamentar levado a efeito contra a presidenta Dilma Rousseff.

Pior ainda, os tribunais assumiram, de forma acrítica, os pressupostos falsos e não provados das acusações contra o presidente Lula, para, ao final, determinar sua prisão e excluí-lo das eleições de 2018, quando figurava, em pesquisas, como candidato mais forte para o cargo de presidente da República. Tanto o Tribunal Superior Eleitoral quanto o Supremo Tribunal Federal ignoraram medida provisória do Comitê de Direitos Humanos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU, que determinava a liberação do presidente Lula para fazer campanha eleitoral. A desobediência se deu com base na equivocada interpretação do tratado, de que as determinações do Comitê não seriam mais do que meras recomendações e não vinculariam o poder judiciário doméstico.

Cinco anos após iniciadas as invectivas contra o presidente Lula e depois de ele ter passado 580 dias preso, o Supremo Tribunal Federal acabou por reconhecer a suspeição do juiz Sérgio Moro, que o condenara, bem como a incompetência de sua 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba. O tardio reconhecimento da injustiça praticada só se deu em virtude do vazamento de mensagens trocadas, por aplicativo eletrônico, entre os procuradores da República e o juiz que articularam a condenação. Esse vazamento criou o ambiente político propício à correção de rumos, provando, mais uma vez, o atrelamento do judiciário à opinião pública, com conseqüente politização de suas decisões.

POLITIZAÇÃO DOS MILITARES E MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

Desde o golpe, já no governo Temer, tem crescido o número de militares cedidos para cargos civis no governo federal ao longo dos últimos anos. Este processo foi acelerado no governo Bolsonaro, com aumento de cerca de 55%, entre 2018 e 2020, da presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à militarização da gestão pública.

Os militares das Forças Armadas conformam o grupo com maior presença na Esplanada ministerial do governo Bolsonaro: até o final de 2020 esse segmento ocupou dez ministérios como titulares, quase a metade da totalidade das pastas. Ademais, entre 2016 e 2020 cresceu em 34,5% o número de militares em cargos comissionados.

As forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos (como Infraestrutura; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Comunicações). Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da

Justiça e a CGU; além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde também assumiram o posto de porta-voz da presidência da República. Além da presença na Casa Civil, pela primeira vez ocupada por um militar, e da presença na Saúde, área sensível ao longo da pandemia.

Chama atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério da Saúde, atuando na ANVISA; no Ministério da Agricultura, ocupando o INCRA; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a FUNAI; no Ministério da Cidadania, ocupando a pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, ocupando o departamento responsável pela defesa civil.

Além da atuação nessas áreas finalísticas, os militares marcam presença intensa também em áreas-meio, de gestão, em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação. Os militares estão presentes também em postos de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, como PETROBRAS, ELETROBRAS, Itaipu Binacional, TELEBRAS, Correios e EBSEH.

Os militares e a indústria naval estão em diálogo. As empresas estatais ligadas a setores ou figuras militares têm sido fortalecidas, ao contrário do que acontece com as demais. A Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, vinculada à Defesa e à Marinha, teve seu capital aumentado em 7,6 bilhões de reais; a INFRAERO Aeroportos, dirigida por um Tenente-Brigadeiro recebeu um aporte de 1,5 bilhão de reais; a TELEBRAS, subordinada à pasta do militar-astronauta, recebeu cerca de 1 bilhão de reais. No caso da INFRAERO, o aporte do Tesouro respondeu a exigências contratuais de contrapartidas de concessões passadas e, no caso da TELEBRAS, o aporte foi para pagar despesas básicas, medidas típicas de pré-privatização. Mas no caso da EMGEPRON há

projetos com potencial estratégico e mobilizadores de investimentos industriais. Num e noutro caso, com ou sem projeto de desenvolvimento, fato é que os militares ocupam instituições com potencial efeito positivo sobre as taxas de investimento, crescimento e lucro.

Na estratégia de defesa dos militares, a Amazônia Verde e o Atlântico Sul são fronteiras decisivas, é bem verdade. Mas, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), na visão dos militares, passa pelo alinhamento automático com a potência hegemônica e pela composição com as oligarquias locais, as nossas fardas não se constroem em se associar ao projeto neoliberal de desmonte do Estado e abertura desregrada do mercado. Nem tampouco com o projeto neoconservador de degradação ambiental com predação agrária, minerária e energética, pois, nesse caso, proteger a floresta e o mar significa, antes de mais nada, protegê-los dentro dos marcos do direito privado e não das noções de bem público.

Do ponto de vista econômico, merece atenção a maneira como a política de defesa tem passado por incrementos que vão na contramão da política econômica ultraliberal em curso. Em 2019-2020, o Ministério da Defesa brasileiro teve seu maior orçamento histórico, 105 bilhões de reais em média.

Nesse cenário, merece destaque a viagem de Bolsonaro aos EUA, seu encontro com Trump, suas reuniões com empresários do setor de energia e infraestrutura e sua visita às instalações militares do Comando Sul. Ao que tudo indica, as tratativas por trás dessas missões buscaram dar consequência a acordos de cooperação militar iniciados ainda no biênio 2017-2018, como o *Master Information Exchange Agreement* (de troca de informações tecnológicas militares), o *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (de apoio logístico e de serviços militares), o *Space Situational Awareness* (de uso do espaço exterior e aéreo para “fins pacíficos”).

Um dos principais desdobramentos da última viagem de Bolsonaro aos EUA, segundo os Ministérios das Relações Exteriores e da Defe-

sa, foi a divulgação do acordo *Research, Development, Test e Evaluation* (RDT&E), que estabeleceu parcerias entre as Bases Industriais de Defesa dos dois países, envolvendo valores que podem chegar a 96 bilhões de dólares, segundo o Itamaraty. Por trás das promessas de parceria industrial estratégica, transferência tecnológica e propriedade intelectual compartilhada, o que deve ocorrer é a projeção dos interesses americanos sobre o Brasil, em troca de alguns investimentos no país. Isto vem a calhar para a soberania dos EUA e para a subalternidade do Brasil, pois a potencialização da indústria de defesa do país pode criar algum estímulo para a indústria local, ainda que seu efeito multiplicador não seja capaz de mitigar os profundos problemas econômicos do país.

Vale lembrar ainda que, entre os servidores públicos, os militares são os que custam mais caro para a previdência. Apesar disso, a reforma da previdência militar sancionada em 2019 deu mais vantagens a essa categoria. Quando comparada à reforma dos trabalhadores da iniciativa privada, os militares poderão receber salário integral ao se aposentar, não terão idade mínima obrigatória e pagarão contribuição de 10,5% (enquanto os demais pagarão entre 7,5% e 11,6%). Apesar de algumas diferenças na transição, tais regras também valem para policiais militares e bombeiros dos estados.

Os militares foram a única carreira do serviço público a ter aumento salarial garantido para 2020, enquanto o congelamento foi a regra geral para todas as demais categorias. O reajuste do soldo de praças chega a 13%, com a inclusão de outros benefícios relacionados à reforma na carreira militar, tais como aumento do adicional de disponibilidade, pago aos militares da reserva que podem ser reconvocados; aumento do adicional de habilitação, gratificação paga para cada curso ou treinamento concluído pelo militar; além de uma ajuda de custo para aqueles que deixam a ativa.